

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA EVOLUÇÃO URBANA DE CAMPINAS¹

Mirza PELLICCIOTTA*

1. HISTÓRIA URBANA E RURAL

A história da cidade de Campinas já há alguns anos vem sendo estudada com base nos processos econômicos estabelecidos a partir de sua área rural.

O “ciclo do açúcar paulista”, desenvolvido entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, teria possibilitado, segundo vários estudos, o povoamento do “oeste paulista” a partir da criação e desenvolvimento de núcleos urbanos, da diversificação do sistema viário e implantação de uma lavoura comercial escravista de cana responsável pela estruturação de uma economia agrária específica. Neste processo, Campinas teria sua origem de povoamento baseada nas rotas de penetração do ouro e seu desenvolvimento estruturado na economia canavieira escravista.

O estabelecimento da lavoura de cana na região de Campinas, na verdade, teria se constituído no primeiro impulso efetivo de povoamento da região - em associação com a agricultura de subsistência e com o comércio “incipiente” das tropas (a percorrer São Paulo, Goiás e Mato Grosso através da “Estrada os Goiasés”), ao mesmo tempo que sedimentado as bases de uma estrutura agrária de caráter latifundiário e escravista.

(*) Professora do Departamento de História. Instituto de Ciências Humanas - ICH. PUC-Campinas

A “força” da lavoura de cana (de caráter comercial escravista) atuaria, por sua vez, como elemento primordial de desenvolvimento da cidade (em prejuízo do papel desempenhado pela rota do ouro) na medida em que, na condição de componente das atividades produtivas do “quadrilátero do açúcar”, teria patrocinado/participado do crescimento, melhoria e diversificação do sistema viário da região, da formação/expansão de novos engenhos e do desenvolvimento de novos “bairros” rurais. Por outro lado, o “bairro rural”, que, desde meados do século XVIII começa a se estabelecer nesta região passa a ocupar no final deste século e primeira metade do século XIX um lugar estratégico no interior do sistema de transporte e produção articulado pela economia do açúcar.

Em um segundo momento da história Campineira, é o desenvolvimento da “produção cafeeira escravista” que demarca as condições de expansão e estruturação da cidade; condições, por sua vez, que se desdobram da mesma economia regional do açúcar - dos capitais, do sistema de comercialização e rede viária - em busca de somar-se agora ao comércio do café de outras regiões. Neste caso, a economia açucareira tem seus latifúndios (formados na virada do século XVIII para XIX e baseados no uso exaustivo e predatório da terra e da mão de obra escrava) reorientados para a criação de lavouras extensivas de café, o que permite à Campinas somar às suas atividades de base escravista e comercial uma nova modalidade de produção econômica, o café.

A “Campinas do açúcar” transformada progressivamente (a partir de meados do século XIX) em “Campinas do Café” passa então a receber um novo conjunto de atribuições, em especial no aspecto da sua urbanização; reforçando-se a convicção de que sua urbanidade se acha em direta associação com as atividades extensivas agrárias. A cidade que se desenvolve de maneira articulada à dinâmica de especializações do café, revela toda a sua coexistência com os processos e relações sociais vigentes no espaço rural, condição que permite que as transformações estabelecidas na esfera da produção agrária se façam sentidas na dinâmica de especialização

da área urbana, e vice versa. Com o passar do tempo, Campinas registra então, bases de diferenciação entre a hegemonia da “economia açucareira”, da “economia cafeeira escravista” e da “economia cafeeira capitalista” que, a cada momento, configuram novas complexidades à dimensão urbana.

A cidade no século XX, por outro lado, já revela uma dinâmica de especializações, funções, equipamentos e bases produtivas própria - consolidada e articulada -, o que nos permite falar na gestação e desenvolvimento de uma “cidade industrial” que com o passar das décadas é capaz de inverter a relação urbano/rural (em meados deste século) e configurar um novo padrão de crescimento e feição urbana.

A relação entre a cidade e o universo rural, no caso de Campinas, exige estudos específicos de grande complexidade. A “cidade da cana” e a “cidade do café” adquirem uma complexidade progressiva a ponto de gerar a “cidade industrial” do século XX - herdeira de tradições ao mesmo tempo que distinta em suas novas funções e personagens.

Trabalhar com/sobre a evolução urbana de Campinas implica estudar o conjunto destas mesmas “fases” de forma a se poder acompanhar suas transformações e inter-relações - fundamentais à uma interpretação mais articulada de toda a heterogeneidade e especificidade da Campinas atual, em seus fragmentos e coesões por vezes tão incoerentes em sua aparência.

2. A CIDADE DE CAMPINAS: MARCOS DE PERIODIZAÇÃO

A história urbana de Campinas encontra-se norteadada pela história rural de suas estruturas produtivas, pelo menos até 1930, quando a “crise do café” desarticula as oligarquias agrárias da região. A relação entre ambas esferas mostra-se íntima e complexa em sua

associação de especializações e processos produtivos. No entanto, a percepção da história da cidade deve contemplar análises atentas sobre a dinâmica de suas diferentes atividades e vivências, o que, na prática, nos revela que a cidade não se constitui em um simples “reflexo” do mundo agrário. Pelo contrário, a vida urbana em associação às atividades agrárias (em grande medida, dependente destas) é capaz, em boa medida, de alterar estas mesmas atividades, assim como possibilitar articulações capazes de dinamizar e complexificar todo o conjunto das relações sociais e produtivas, agrárias e urbanas.

Neste caso, se nós nos utilizarmos de uma periodização tradicional baseada nos processos produtivos hegemônicos (encontrados na área rural nos séculos XVIII e XIX), é preciso termos o cuidado de não “reduzir” a dinâmica urbana às determinações exclusivamente agrárias, pois as articulações existentes não nos permitem homogeneizar suas especificidades.

Os estudos mais recentes sobre o tema vêm trabalhando a partir de uma periodização que reúne elementos rurais e urbanos na busca de compreender a economia cafeeira a partir de uma interpretação mais complexa acerca da “natureza” do seu capital - levando-se em conta as questões inerentes à uma economia capitalistas em expansão. Sob estas bases, a diversificação do próprio capital cafeeiro já redefiniria as relações produtivas, comerciais, financeiras, entre outras, presentes no universo urbano e rural, e que se por um lado interligariam ambas as esferas, também lhes atribuiriam especificidades econômicas.²

Os novos estudos apontam para uma relação mais complexa entre a agricultura e a urbanização de Campinas dos últimos 140 anos, fornecendo-nos um instrumental precioso de análise deste universo urbano. De forma particular, a periodização adotada por Semeghini³ é muito sugestiva, permitindo-nos demarcar a história de Campinas a partir dos seguintes cortes:

1. Campinas da Cana de Açúcar;
2. Produção Cafeeira escravista e a Geração da Transição (1850/1860);

3. Transformação nas relações de produção e primeiro grande “rush” cafeeiro (1870/1886): emergência do complexo capitalista, Campinas como “Capital Agrícola da Província”;

4. Segunda expansão cafeeira e mudanças econômicas e populacionais (1897/1930): mudanças na base agrícola e industrial, desenvolvimento da policultura, evolução industrial, evolução das funções urbanas;

5. Da “crise de 1929” à implantação da indústria pesada: crise, recuperação e mudanças no padrão de acumulação, evolução regional e urbana, Campinas (1930/1960): respostas à crise cafeeira e consolidação das funções urbano-industriais;

6. Explosão Urbana (1970/1980): Industrialização pesada e dinâmica regional do Estado, Expansão e Diversificação da base econômica em Campinas e região, Evolução Urbana e Metropolização: industrialização e estrutura social, expansão urbana, qualidade de vida.

Ao considerarmos a história de Campinas nos marcos da gestação de uma economia capitalista no século XIX, passamos a considerar sob novos ângulos sua história rural e urbana, revisitando não apenas a história urbana, mas reinterpretando também sua história rural.

3. A GESTAÇÃO DA CIDADE

Os primeiros registros conhecidos de “vida urbana” na região de Campinas são confusos, assim como os marcos de fundação da freguesia, motivo de acirradas discussões entre os estudiosos da questão nas décadas passadas⁴.

No início do século XVIII, teria-se formado entre as regiões da Vila de Jundiá e Vila de Moji Mirim, um “bairro rural” composto de alguns poucos “fogos” (unidades agrícolas de subsistência) nas proximidades da “Estrada de Goiases” - via de penetração para as

áreas de mineração a partir da Vila de São Paulo. Neste período, várias das “paragens” estabelecidas na beira desta estrada teriam atuado como “núcleos” de povoamento de áreas paulistas, a partir do desempenho da função de promover o descanso das tropas em circulação pela estrada. No entanto, no caso da formação de Campinas, o processo teria se dado de maneira um pouco diferente. A origem da sua “vida urbana” aparece articulada a uma definição/planejamento político estabelecido por Morgado de Mateus com o propósito de consolidar a ocupação de algumas regiões despovoadas do sertão da Província; definição que leva à Barreto Leme - um morador do bairro - a promover e implementar a criação de uma freguesia.

Neste caso, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas de Mato Grosso se origina nas proximidades de uma “paragem” da estrada dos Goiazes, mas é criada por meio de requerimentos e solicitações de moradores rurais, com apoio de Morgado de Mateus. Em 1774, o “bairro rural” atingiria uma condição semelhante ao que hoje chamaríamos de Distrito, nas terras da Vila de Jundiáí.

No primeiro recenseamento, datado de 1767, o bairro denominado de “Mato Grosso” contaria com 38 fogos e 185 habitantes, atestando o recenseamento que não possuía “o menor resquício de vida urbana. Todos viviam de roça, de lavouras ou de tropas (..) O ponto de referência das roças era a paragem das Campinas ou pouso dos Três Campinhos, nomes pelos quais se distinguia uma ‘paragem deserta’ da Estrada de Goiás”⁵

No recenseamento de 1775, já transformado em Freguesia, Campinas contaria com 35 fogos e 200 pessoas (dados trazidos com exatidão pelo Com. Celso Pupo), produzindo-se basicamente milho, feijão e arroz, e mais uma pequenina área com algodão e cana para aguardente, em roças com área média de dois alqueires, destacando pouquíssimas propriedades com pouco mais de 5 alqueires, e uma única com 10 alqueires⁶.

Segundo Semeghini: “A indústria açucareira (..) se implantou em Campinas, entre 1790 e 1795”⁷, fato associado a um crescimento populacional.

A criação da Freguesia, neste caso, ocorreria em período anterior às atividades produtivas da cana; mas a criação da Vila de São Carlos, em 1797, procederia do fato de que “..Riqueza e população já davam à freguesia de Campinas direito à promoção política; seus habitantes, do mais alto nível, reclamaram do Capitão general esta qualificação, e o vigário atestou a existência de elementos capazes para ‘os cargos da república’. Prontamente o governo da Capitania os atendeu”⁸

A elevação à Vila de São Carlos coincide com o momento em que as atividades produtivas de cana encontram-se em maior estruturação, contando então com uma estrada aberta entre Campinas e a Vila de Itú (centro de atividades do açúcar na região). Segundo os recenseamentos: “em 1798 Campinas exportou 8443 arrobas de açúcar, 7,5 quintais de algodão, 1412 quintais de arroz, 305 alqueires de milho, 132 alqueires de feijão, 69 alqueires de farinha, 906 arrobas de toucinho e 15 arrobas de fumo (...) Em 1805 teve aumentado o saldo, exportando 28492 arrobas de açúcar”, existindo em 1804, 34 senhores de Engenho, ao lado de um grupo mais numeroso de “personagens urbanos”, tais como ferreiros, tecelões, carpinteiros, lojistas, taverneiros, entre outras profissões⁹.

O progresso da atividade mercantil açucareira, por sua vez, alteraria a vida urbana em formação, destacando-se a gestação de uma elite econômica e política escravocrata, famosa pela violência de suas regras. Em uma quadrinha lembrada pelo Comendador Celso Pupo, cantava-se pela região de Jundiá: “O Rio de Janeiro é Côrte, São Paulo é capitá, Campinas o purgatório, Onde os negros vão pená”¹⁰.

Analisando o desenvolvimento urbano da freguesia e Vila, entre o final do século XVIII e início do XIX, podemos notar então que a produção açucareira estimula as atividades urbanas, diversificando

as atividades comerciais e artesanais - ainda que as atividades propriamente de cana se desenvolvam no interior de grandes propriedades auto-suficientes¹¹.

Em 1822 a produção da Vila de São Carlos já se equivale à produção da Vila de Itú, recebendo nesta ocasião forte imigração da região do Vale do Paraíba, e passando a contar neste ano com 7369 habitantes nas áreas rural e urbana, sendo 2389 brancos, 3434 pretos e 1546 pardos. Em sua área urbana existiriam, por sua vez, cerca de 1000 moradas de casas, e na área rural, cerca de 90 engenhos.

Entre as décadas de 1830 e 1840 iniciam-se os processos de substituição da cana de açúcar pelo café, introduzindo-se originalmente como atividade conjunta para, em seguida, se formar fazendas extensivas desta nova cultura. Por volta de 1850, são 117 fazendas produtoras de 335.550 arrobas de café, estimando-se a produção de açúcar em 62.290 arrobas - invertendo-se portanto a ordem anterior.

A “Campinas do Café” se demarca agora como cidade - elevada em 1842 - contemporânea à elevação de Vilas centenárias como Itú, Taubaté, Sorocaba, sendo que apenas 30 anos depois (1872) ela já se constitui em “cabeça de Comarca” da Província tal a importância que esta nova produção agrícola adquire. De forma paralela, a relação rural/urbana na economia cafeeira ganha uma nova articulação acompanhando a evolução das plantações e sua riqueza agrícola - presente na elevação das rendas municipais (entre as maiores da Província em 1871) e na dinamização de suas funções comerciais e produtivas. Veremos a cidade de Campinas a partir da década de 1850 se diversificar e receber, já nas décadas seguintes, um complexo conjunto infra-estrutural que é capaz de equipará-la à cidade de São Paulo na década de 1880¹².

4. AGRICULTURA E URBANIZAÇÃO

A atividade agrícola extensiva, estruturada com a cana de açúcar, promove a montagem de um conjunto produtivo extensivo de

base escravista e latifundiária que concentra as terras nas mãos de comerciantes e agricultores procedentes das vilas canavieiras vizinhas (Itú, Taubaté). A Vila de São Carlos se torna centro de uma importante produção agrícola que lhe permite desenvolver uma vida urbana própria - associada ainda com o comércio proporcionado pela estrada - experimentando entre 1809 e 1828 um franco desenvolvimento de sua estrutura econômica e social. A atividade cafeeira, por outro lado - que transforma a Vila em Cidade - imprime uma nova dinâmica migratória, novas funções e especializações instituindo uma outra experiência de urbanidade¹³.

Analisando a etapa propriamente escravocrata desta economia cafeeira, encontramos a partir da década de 1850, a formação de oficinas de fundição e mecânica voltadas a produzir tecnologias e máquinas agrícolas para a produção cafeeira. Em 1857, instaura-se a Fábrica de Chapéus e Máquinas Agrícolas dos Irmãos Bierrenbach e em 1858, a Oficina dos Irmãos Faber (fundição e mecânica) - formadas segundo referências da geógrafa Bergó, com auxílio de capitais cafeeiros¹⁴.

A organização de um sistema de produção mais racional para o café dotado de maior produtividade e qualidade confere à cidade um papel fundamental na introdução, aprimoramento e generalização de técnicas e processos produtivos, desdobrando-se desta nova "especialidade" e "função" uma importância regional surpreendente como centro produtor e revendedor de tecnologias agrárias¹⁵.

A presença de imigrantes nesta década e na década seguinte (1850/1860) trazidos originalmente pelos fazendeiros para as lavouras de café, possibilita a introdução e generalização de novas técnicas produtivas na agricultura - na forma de equipamentos (arados, rodos, cultivadores, grades) - além de configurarem a "experimentação" de novas relações de trabalho (primeiramente como "parceiros" e posteriormente por "contrato de colono"). Os novos equipamentos agrícolas passam a ser fabricados no próprio município para servir aos agricultores em seus processos de trabalho.

Encontramos nas palavras de Campos Salles a afirmação de que os imigrantes norte americanos (instalados na Vila Americana, no município de Campinas) seriam introdutores de muitas técnicas e instrumentos agrícolas na região, revelando “verdadeiras e grandes vantagens do systema, mostrando que cada instrumento não necessitava senão de um homem e de um animal para realizar todas as operações”¹⁶.

Segundo Semeghini, as décadas de 1850 e 1860 experimentam grandes transformações e tornam Campinas um “epicentro das mudanças da década de 1860” como marco de transformações de todo um conjunto de relações produtivas na Província¹⁷. Neste período formam-se 67 núcleos de imigrantes nas fazendas do Oeste Paulista, impulsionados pelas experiências do senador Vergueiro em Rio Claro (entre 1842 e 1847) e pelo futuro Visconde de Indaiatuba (Joaquim Bonifácio do Amaral) em Campinas (na década de 1850).¹⁸

Entretanto, a coexistência entre o regime de parceria adotado com os colonos e a escravidão, além das condições adversas da operacionalidade da fazenda escravista, levam à fracassos e forçam os fazendeiros a reconhecer a necessidade de promover transformações profundas da dinâmica da economia cafeeira¹⁹. Na década de 1860, Campinas torna-se a principal produtora de café da Província, com 189 fazendas e uma produção próxima de 500.000 arrobas. A cidade fornece agora às fazendas, produtos manufaturados, arreios, carroças, trabalhos de carpintaria e ferro batido, contando já com certa especialização comercial e produção de bens de consumo. A cidade desenvolve-se neste momento com função complementar à principal atividade produtiva (a cafeeira) e desempenha um papel relevante no conjunto da produção agrícola da província mantendo relações com as cidades de Goiás, Uberaba, Franca, entre outras.

Na verdade, todo um conjunto de transformações cria as bases de diferenciação regional do Oeste Paulista no interior da Província e do Império, gestando-se mudanças fundamentais nas

relações de trabalho, no sistema de transporte e nas técnicas de cultivo e beneficiamento²⁰.

A constituição e incorporação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro (inaugurada em 1872), por exemplo, resulta de várias décadas de reclamações sobre as insuficiências da rede viária - em especial, com relação à expansão econômica de São Paulo feita até então por tropas de mulas que implicam em cêrca de 30% dos custos de produção. O barateamento, rapidez e liberação de capitais imobilizados oferecidos pelas estradas de ferro justificam seus custos iniciais e permitem que se desencadeie nas décadas seguintes a construção de inúmeros ramais no interior da região do Oeste Paulista - facilitando a expansão e escoamento das lavouras²¹.

As transformações do processo de trabalho se estabelecem por meio da introdução da mão de obra livre migrante (de várias regiões do Brasil) e imigrante, trazidos a princípio pelos próprios agricultores (da Alemanha e Suíça), posteriormente por Companhias especializadas, e por fim, pela imigração subvencionada pelo Estado Republicano - principalmente da Itália. A migração inicial e atrativa da população livre do Império (sem condições de acesso aos sistemas de trabalho) levam à superação da mão de obra escrava já em 1874 (em termos de contingente numérico)²².

A introdução crescente do arado, das grades, dos rodos e cultivadores no plantio do café aprimoram as técnicas gerais de produção e somam-se aos engenhos mecânicos (inicialmente importados dos EUA) que são utilizados em determinadas etapas da preparação do grão²³.

A liberação de capitais anteriormente aplicados no transporte e na mão de obra (o sistema de colonato também se revela amplamente lucrativo) possibilita alterações significativas na estrutura da economia cafeeira na medida em que potencializa o intercâmbio e a circulação de mercadorias e da mão de obra (necessária à formação do mercado de trabalho livre); viabiliza a incorporação crescente de novas terras ao circuito de valorização do capital no

complexo; estimula a urbanização da província, a generalização do uso dos processos mecânicos nas lavouras (poupando mão de obra escrava e melhorando a qualidade do produto); e que, enfim, permite aos cafeicultores disputar melhores preços no mercado internacional.

Neste aspecto, a intenção do fazendeiro de criar um mercado de trabalho livre como alternativa à escravidão a partir de um grande fluxo de homens pobres para a região²⁴ (projeto apenas conquistado com a imigração subvencionada do Governo Republicano), ou ainda, a busca de crédito junto ao poder público para subvencionar estas transformações produtivas se traduzem na forma de projeto político - claramente expresso nas discussões promovidas pelo Clube da Lavoura, pelo Clube Republicano e no interior do Jornal Gazeta de Campinas²⁵.

A produção cafeeira rearticulada com base neste conjunto de mudanças, passa então do montante de 1300 arrobas no ano de 1870 para 10300 arrobas em 1886, produção na verdade ilimitada pela potencialidade do sistema, pela disponibilidade de terras, pelo afluxo de mão de obra e condições de transporte. E em vários textos produzidos no início do século, em especial os estudos de Afonso de Taunay, podemos encontrar registros dos desdobramentos deste processo na forma de uma intensa circulação de mão de obra imigrante e migrante pela região do oeste paulista; de registros das produções alcançadas nas fazendas a partir do uso de técnicas mais racionais na esfera do plantio (adubação, mudas, regadio), do trato (podas), da colheita (formas, procedimentos, métodos de trabalho), da secagem e beneficiamento do café (com a utilização de maquinarias, em permanente aprimoramento), sendo que os cafeicultores, neste caso, visam não apenas um aumento de produtividade da colheita, como uma maior "qualidade" do produto de forma a tornar-se competitivo no mercado dos chamados "cafés finos", de superior tipo e preço²⁶.

A organização racional das lavouras e fazendas - definidas a partir da utilização de equipamentos dispostos por meio de terreiros

atijolados, maquinarias de beneficiamento, colonias, tulhas, secadores e em proximidade das estradas de ferro - se associa ainda à maior racionalização dos processos de comercialização e financiamento, generalizando-se os empreendimentos por ações que permitem uma maior diversificação do capital cafeeiro por múltiplas frentes: setor financeiro (bancos), industrial (fundições e indústrias mecânicas), infra-estrutural (empresas de equipamentos públicos) e comercial (empreendimentos diversificados).

A relação rural/urbano a partir da década de 1870 leva, então, Campinas a assumir um novo papel enquanto integrante do processo de acumulação do complexo cafeeiro, ou ainda, o papel de comando deste processo em determinado período. Veremos agora a cidade “edificar-se” ao receber dos capitais privados (em sua maior parte) entre os anos de 1870 e 1900 a criação de uma infra-estrutura complexa : bondes a partir de 1879, ferrovias interligadas à hidrovias e estradas a partir de 1872, iluminação à gas em 1875 e elétrica a partir de 1910, saneamento - água e esgoto - desde 1892, serviço de limpeza pública em 1890, telefonia em 1884, telégrafo em 1880, escolas desde 1863, hospitais a partir de 1872, instituições de caridade diversas desde a década de 1860; equipamentos estes capazes de redefinir o papel e lugar da cidade de Campinas em toda a região da Província, e depois Estado de São Paulo²⁷.

A diversificação e sofisticação que a cidade passa a conter, inclusive nos aspectos culturais, possibilita então a sedimentação de uma estrutura própria, capaz de proporcionar novas formas de acumulação e de inclusive se adaptar e superar a “crise” da economia cafeeira, acabando por atrair a instalação de novas indústrias e agro-indústriais nos anos 40, de indústrias pesadas nos anos 50, em um processo de expansão populacional, infra-estrutural e econômica permanente²⁸.

5. A CIDADE DA INDÚSTRIA

A dinâmica cafeeicultora imprime na cidade do século XIX e início do século XX, um conjunto de especializações capaz de tor-

ná-la fundamental ao processo de ocupação do Oeste Paulista em sua dimensão agrícola, industrial e urbana em expansão. Neste sentido, Campinas tem sua história associada e condicionada pela evolução do complexo cafeicultor a partir do qual se torna centro de novas acumulações, de produção e exportação, ou ainda, um núcleo de serviços especializados no bojo do complexo capitalista de produção que lhe permite intermediar realizações na área educacional, hospitalar, industrial, comercial e cultural²⁹.

Na medida em que a fronteira agrícola do café se afasta dela, a cidade se mantém produtiva como núcleo regional de serviços, diversificando seus segmentos urbanos, sua agricultura e sua produção.

Com a instauração da crise de 1929, por sua vez, vemos emergir uma nova etapa de atividades industriais que neste momento se “liberta” da dependência do setor exportador para buscar atender ao mercado interno (de grande proporção), podendo contar com uma maior integração com a agricultura diversificada. Nos anos 30 se desenvolve a indústria têxtil e alimentícia embasada na transformação de produtos locais e regionais - com destaque para o algodão (que se desdobra em várias atividades de beneficiamento); além da indústria de máquinas e implementos para a lavoura. Datam deste período os primeiros movimentos de impantação do grande capital industrial (nacional e estrangeiro) em Campinas, atraídos para o processamento de matérias primas regionais, entre elas, as agroprocessadoras Sanbra, Anderson Clayton, Swift e Matarazzo (entre as décadas de 30 e 40).

A nova articulação estabelecida entre a agricultura e a indústria entre as décadas de 30 e 60, promove por sua vez transformações na estrutura fundiária regional (multiplicando-se os pequenos sítios), na composição social (ocorrendo intensa migração nacional e imigração japonesa - no caso do estado de São Paulo), na remodelação da malha viária (que agora se multiplica através das estradas de rodagem) e no crescimento e diversificação das atividades secundárias e terciárias, fortemente estimuladas pela urbanização.

Na verdade, este processo envolve todo o Estado de São Paulo que recoloca Campinas e Ribeirão Preto na condição de eixos-industriais do interior - participantes das novas ocupações territoriais, dos deslocamentos da população para o Oeste, da diversificação agrícola e urbanização do interior do Estado. Campinas passa a centralizar boa parte do impulso comercial e dos serviços na região Oeste, sendo reforçada pela expansão da malha rodoviária que dá vazão às suas atividades industriais, comerciais e de serviços aos maiores centros da porção leste do estado³⁰.

A partir da segunda metade da década de 50, a implantação da indústria pesada (bens intermediários, de consumo durável e de capital) altera o perfil do parque industrial paulista e os contornos de distribuição da indústria no Estado. A partir de então, ganha lugar a instalação de empreendimentos oligopólicos de capitais não locais promotora de uma alta concentração industrial em função das condições locais de mão de obra, infra-estrutura, rede viária, complexo urbano de serviços. Campinas recebe, então, parte da industrialização paulistana no momento em que ela se “desdobra” da capital, prestando-se a desempenhar o papel de centralizar esta indústria em relação à região interiorana.

Em um segundo ciclo expansivo, entre 1960 e 1980, ocorre um processo de “fusão” ou integração dos capitais industriais e agrícolas que procuram se desenvolver no interior do Estado: uma indústria para a agricultura (fornecedora de bens de produção e insumos) e uma indústria da agricultura (processadora de matérias primas agrícolas) que se concentra nas culturas exportáveis e industrializáveis da cana, da laranja, da soja, do café, do algodão e do milho; na pecuária e avicultura. A associação entre industrialização pesada e dinâmica regional, por sua vez que implica na interiorização da indústria e na modernização da agricultura, é acompanhada também pela instalação de um grande número de estabelecimentos de grande e médio porte pertencentes a segmentos de maior complexidade industrial (metalmecânica, petroquímica, eletrônica). Neste momento, São Paulo se encontra “cercada” de um anel de cerca de

100 km de área industrial e de um eixo (Anhanguera/Washington Luis) de concentração industrial no interior.

Entre os resultados desta imensa complexificação produtiva, cerca de 89% da população do estado de São Paulo passa, em 1980, a viver nas cidades (que recebem entre os anos 70 e 80 mais de 3 milhões de migrantes de várias regiões do país); em um "mundo urbano" que se ramifica entre atividades industriais, serviços de apoio à produção (transporte, comunicações, intermediação financeira), comercialização e prestação de serviços, atividades sociais, administração pública; todas atividades regidas por padrões técnicos, administrativos e financeiros que se constituem típicos da grande empresa (seja na agricultura, seja nos setores terciários).

Campinas, mais uma vez, integra e protagoniza este quadro ao apresentar um crescimento industrial tão significativo que entre os anos 70 e 80 o seu setor terciário (comércio e serviços) é forçado à dar novas respostas às grandes concentrações populacionais e à diversidade de um parque industrial dividido entre setores de metalurgia, maquinarias e ferramentas, eletro-eletrônico, químico, têxtil, alimentício, papelão e papel, vidros e abrasivos, cerâmica, entre outros. Em termos do seu redimensionamento produtivo, encontramos Campinas e região em 1980 com 15,8% da indústria de transformação do Estado; 24,85% da produção química; 23,15% de minerais não metálicos; 27,5% de couros, peles e produtos similares, 18,8% de papel e papelão, 19,1% das indústrias mecânicas e de alimentos e 20,6% da indústria de madeira e têxtil - atingindo neste ano o montante de 8,5% do PIB, perdando apenas para o PIB de São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro.

6. OCUPAÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO E EXPLOSÃO URBANA

Com a industrialização promovida pela economia cafeeira, forma-se em Campinas (por volta de 1880) um primeiro bairro

diferenciado do núcleo central, a Vila Industrial. Nesta década, os novos bairros do Bonfim, Ponte Preta, Fundão e Cambuí encontram-se em formação nos arredores da cidade, impulsionados pelas estradas de ferro Paulista e Mogiana e por suas oficinas integradas ao grande surto econômico do café. A população urbana duplicara e o espaço físico da cidade já se demarca segundo as posses de suas classes sociais. Na região central, encontramos os segmentos mais ricos; nos arredores, os trabalhadores e segmentos da população mais pobre buscam abrigo junto às fábricas de máquinas para lavouras, fundições de ferro e bronze, fábricas de cerveja e gelo, de chapéus, cortumes, marcenarias e carpintarias a vapor. Entre 1843 e 1900 a área urbana de Campinas registra um crescimento de cerca de 100%.

Os bairros da Ponte Preta, Bonfim, Fundão e Guanabara recebem indústrias e trabalhadores e servem de habitação para a população pobre da cidade - afastada do centro para buscar terrenos possíveis para fornecer-lhes subsistência, desenvolvendo-se nestes bairros um comércio de abastecimento (hortas, pomares, plantações de milho, feijão, etc). O bairro do Guanabara possui então muitos estábulos e fornece leite à cidade; o Bonfim se demarca como industrial, localizando-se nele as primeiras fundições. A Vila Industrial se forma ligada às oficinas das Companhias de Estrada de Ferro (oficinas de concertos, reparos e adaptações, ao lado dos armazéns de carga e descarga) e à área de concentração de atividades diversificadas de serviços e comércio.

No início do século XX, encontramos a formação de novos bairros residenciais e operários e o crescimento da área urbana em cerca de 108%, entre 1900 e 1929. Estes novos bairros recebem definições em relação aos seus arruamento e condições infra-estruturais da Prefeitura e se concentram próximos ao Bonfim (espaço de novas fundições e indústrias metalúrgicas), à Ponte Preta (que sedia a tecelagem de seda) e dos eixos ferroviários (e depois rodoviários) como o Parque Industrial e o São Bernardo. Com a constituição

destes bairros surge uma nova avenida de ligação entre estes bairros e a Vila Industrial, a Av. das Amoreiras.

Entre os anos 1926/1930, duas áreas cafeeiras são loteadas: o Chapadão e o Taquaral, desenvolvendo-se novos loteamentos (Vila Nova Campinas, Vila Amélia) e ocupando-se as terras situadas entre o núcleo de Santa Cruz e o Cambuí.

Até o ano de 1946, os novos bairros e edificações estabelecidos são orientados por padrões urbanísticos e gerenciados pelo Poder Público, ocupando-se de forma direcionada os “vazios” do perímetro da cidade. Entretanto, a partir da segunda metade da década de 40, a aceleração das transformações urbanas, a instalação de grandes indústrias, a inauguração da Via Anhanguera (1948), a elevação da taxa de crescimento urbano e a especulação urbana redefinem a cidade. Os novos loteamentos se implantam na região sudoeste da cidade afastando-se progressivamente do núcleo urbanizado (nas terras baratas até então ocupadas na forma de pequenas propriedades) localizadas nas proximidades da Via Anhanguera. O mesmo ocorre com relação as áreas próximas às indústrias da região que recebem da prefeitura condições de infra estrutura e asfalto. Neste caso, o capital imobiliário - com a sanção do poder público e ligações com o capital industrial - “joga” para longe os trabalhadores, em regiões de grande distância, desprovidas de infra estrutura para moradia.

No período 1947/1952, um novo padrão de crescimento urbano se institui a partir da multiplicação dos espaços vazios no interior da malha urbana; padrão que dificulta amplamente as condições de instalação infra-estrutural pelos altos custos que gera ao poder público. Na região central ocorre o oposto à “horizontalização” da periferia: ocorre a “verticalização” das edificações (com seus arranha céus) capaz de dinamizar fartamente as atividades construtivas - que auxiliadas por leis municipais promovem uma crescente segregação espacial dos trabalhadores e das camadas de mais baixas rendas da região central. O capital mercantil urbano (imobili-

ário, comercial e de transportes) se torna agora beneficiário de uma expansão desmedida e cruel da cidade; uma expansão que empurra os trabalhadores a muitos quilômetros da área urbanizada e cria custos cada vez mais altos para o mesmo processo de urbanização³¹.

O crescimento populacional e a urbanização assim orientados, implicam já no início dos anos 50 em uma queda sensível do padrão médio da qualidade de vida. Na década seguinte, o saldo imigratório atinge um montante de mais de três vezes o saldo desta década (50 mil nos anos 50, 189 mil nos anos 60), concentrando-se na década de 70, 630 mil pessoas na região de Campinas (com 20% do fluxo total do Estado). De maneira articulada à este "boom" populacional, a COAB se torna responsável pela construção de 51% do total das novas residências - localizadas em áreas vazias e distantes da melha urbana - repetindo-se a especulação promovida pelo surto industrial.

Entre as décadas de 1960 e 1970 temos ainda um impressionante conjunto de novas construções, edificando-se obras rodoviárias, hospitalares, industriais, comerciais e de serviços que conferem à cidade suas feições contemporâneas. As antigas áreas centrais passam a ser recicladas e redefinidas como "zonas nobres", ocorrendo a verticalização residencial e comercial. As construções da COHAB prosseguem na periferia dificultando ainda mais o atendimento das exigências ifra-estruturais promovidas pelo "vazios" urbanos - o que se complica nos anos 70 com a redução dos investimentos públicos no atendimento das reclamações de caráter popular.

A partir de então, o poder público deixa de absorver o aumento populacional com o mesmo padrão médio de qualidade de vida (vigente anteriormente), sugerindo a "privatização" dos mesmos serviços; ao mesmo tempo em que a população migrante, oriunda sobretudo das áreas rurais, é acrescida de pessoas muito pobres, o que desencadeia desequilíbrios perversos de moradia, transporte, alimentação, saúde. Em 1969, o déficit de moradias para a população

é de 14124 casas (18,5% dos domicílios). Em 1980 atinge 47000 moradias - contando já com 8% da população favelada, além de moradores de cortiços e loteamentos precários que configuram a queda permanente das condições de vida.

Entre as décadas de 1960 e 1980 a população passa de 186 mil para 591 mil, (com destaque, na última década, para os migrantes do próprio Estado de São Paulo) e a urbanização de Campinas se traduz, de vez, em um conjunto de “vazios”, de deteriorizações, de privatizações dos serviços públicos, de favelas, de déficits educacionais e sanitários que tendem a se agravar ainda mais com a crise econômica a partir da 2ª metade da década de 70³².

Conforme as palavras de Semeghini:

“Paradoxalmente, esta deteriorização acompanhou um dos mais pujantes processos de desenvolvimento econômico registrados no país. Na verdade, o estudo da trajetória de Campinas deixa claro que, se não forem superados os fatores estruturais de traso, consubstanciados no elevadíssimo crescimento populacional e na dominação do capital mercantil sobre a dinâmica de expansão urbana, e por outro lado se não mudarem as características sociais do processo de industrialização, torna-se inevitável a deteriorização dos padrões de vida, mesmo quando, como é o caso, tratar-se de uma cidade que atingiu elevado grau de desenvolvimento e integração em sua base produtiva. Assim, é notória a necessidade de democratizar o setor público, e seu maior aparelhamento técnico e financeiro para garantir um crescimento urbano com preservação da melhor qualidade de vida”³³

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “cidade da cana”, “cidade do café”, “cidade da indústria” carrega em seu percurso de urbanização, uma longa trajetória de

mudanças que a cada tempo permitem-nos vislumbrar em seus testemunhos e registros documentais, aspectos de uma verdadeira trama de interações e dinâmicas de fisionomia rural/urbana.

A oportunidade de estudar a cidade a partir da sua cultura material, razão do Projeto Museu da Cidade ao qual este texto foi endereçado, permite-nos, na verdade, perceber o quanto a “observação” da cidade através da sua espacialidade e especialização registra este mesmo movimento - intrínseco - de edificação e transformação.

Mais do que isso, os testemunhos urbanos de tempo e espaço presentes nas diferentes construções, arruamentos, atividades econômicas, ou ainda, nos objetos, ferramentas, adornos... permitem-nos identificar o quanto a cidade - em si própria - se constitui um “museu” vivo de testemunhos e experiências concretas de ocupação, especialização, trabalho.

A pesquisa histórica sobre Campinas ao longo dos anos tem perseguindo com atenção este conjunto variado e interativo de problemáticas econômicas, políticas, sociais e culturais, e de forma especial nos anos 90, estudos sobre instituições, edificações, arruamentos e questões urbanísticas, bairros, aspectos culturais e grupos sociais de diferentes contextos tem nos permitindo vislumbrar aspectos cruciais de sua trama histórica. Da mesma forma, a complexificação do conceito de “cidade” tem permitido aflorar elementos importantes do seu movimento de edificação.

As pesquisas históricas, por sua vez, apontam para novos desafios interpretativos e a cidade “da cana”, “do café” e da “indústria” começa a revelar - com gravidade - os conflitos e os processos de exclusão social que enfim, se encontram escondidos por baixo das imagens e discursos de “progresso”. Das ruas imperiais, tantas vezes celebradas nos testemunhos, ressurgem escravos e homens pobres; por entre edificações republicanas, o trabalhador livre freqüentemente se revela um cidadão “desclassificado”, prisioneiro do passado escravocrata que agora habita esta nossa peculiar modernidade.

NOTAS:

(1) Este texto foi, em sua essência, elaborado em 1991 como estudo preliminar para o Projeto de Implantação do Museu da Cidade de Campinas, compondo os trabalhos de organização das suas referências de pesquisa. Como parte de um projeto maior, o texto voltava-se a orientar um percurso de investigações e levantamentos de referências junto às instituições da cidade. A partir dele, o Projeto levantou cerca de 3000 referências atestando a qualidade potencial das fontes e as inúmeras articulações envolvidas com o processo de urbanização em estudo. As formulações preliminares deste texto baseiam-se, por sua vez, em fontes diversas (em teses acadêmicas, textos técnicos produzidos ao longo do tempo, crônicas e estudos de diversas matizes) "amarradas" por indagações que, antes de se constituírem análises "acabadas", se pretenderam investigativas e até mesmo ensaísticas, mas sensíveis à riqueza das fontes e das experiências de urbanidade em questão.

(2). Ver: Cano, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Campinas, 1975. Tese (doutorado) IFCH Unicamp; Silva, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, 6. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1985; Moraes, Plínio Guimarães. Condições de Funcionamento do 'bloco regional cafeeiro paulista" 1889-1919. Campinas, 1987. Tese (mestrado) IFCH - Unicamp; Truzzi, Oswaldo. Café e Indústria: São Carlos (1850-1950). 1. ed. São Carlos: Arquivo de História Contemporânea/UFSCar, 1986.

(3) Semeghini, Ulysses Cidade. Campinas (1860 a 1980): Agricultura, Industrialização e Urbanização. Campinas, 1988, Tese (mestrado) Fac. Economia - Unicamp

(4) Para maior esclarecimento, ver: Monografia Histórica do Município de Campinas. 1. ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952

(5) Pupo, Celso Maria de Mello. Campinas, seu Berço e Juventude. 1. ed. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969, p.26

(6) Sobre recenseamentos e documentos da origem de Campinas ver: Campos Jr., Teodoro de Souza. "História da Fundação de Campinas (subsídios)" IN Monografia Histórica do Município de Campinas. 1. ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952, p.5/188

(7) Semeghini, op. cit., p.58

(8) ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO. DOCUMENTOS INTERESSANTES III 2. In: Pupo, Celso M. M. Campinas, seu Berço e Juventude. Op. cit., p 70

(9) Pupo, Celso Maria de Mello. **Campinas, seu braço e juventude.** op. cit., p. 74.

(10) Ver: Mori, Airton Sérgio. Algumas considerações em torno de uma insurreição de escravos em 1848 na Vila de Campinas, snt, 3fls, datilografado; Queiroz, Suely Robles Reis de. Escravidão negra em São Paulo: um estudo das tesões provocadas pelo escravismo no século XIX. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977; Bacellar, Carlos de Almeida Prado. Os senhores de terra - família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1850. São Paulo, 1987. Tese (mestrado) FFLCH USP

(11) Ver: Saint-Hilaire, Augusto de (1779-1853). Viagem à Província de São Paulo, 1. ed., BH: Itatiaia, SP:Edusp, 1976; Saint-Hilaire, Augusto de. Segunda Viagem a São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo, 1. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1976; Florence, Hercules (1804-1879). Viagem Fluvial: do Tietê ao Amazonas pelas províncias

brasileiras de São Paulo, Mato Grosso e Grão Pará: 1825-1829. 1. ed. São Paulo: Masp, 1977; Alincourt, Luiz d'. Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá. 1. ed. São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade, 1953; Octavio, Benedito. Campinas: apontamentos históricos e estatísticos. Campinas: Tip. da Casa Mascotte, 1907; Cardoso, César Augusto. "Campinas em 1822" IN Monografia Histórica do Município de Campinas. 1. ed. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952, p 217/228; Abreu, F. Campos. "Como Saint Hilaire viu Campinas" IN Monografia Histórica do Município de Campinas. Op. cit., p.213/216

(12) Ver: Cabral, Antônio de Almeida. "Campinas elevada a cidade" IN Monografia Histórica do Município de Campinas. Op. cit., p.229/232; Goulart, Edmo. Campinas: ruas da época Imperial. 1. ed. Campinas: Maranata, 1983; Mariano, Júlio. Campinas de Ontem e de Anteontem. Quadros históricos menos conhecidos da cidade Princesa, que se traçava tendo por base documentos inéditos da Câmara Municipal de Campinas. 1. ed. Campinas: Maranata, 1970; Octavio, Benedito. Campinas antiga: as festas de 1842. Campinas: Livro Azul, 1905; Octavio, Benedito. Campinas e a independência: documentos e notas. Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 1922; Nogueira, Lenita Waldige Mendes. Maneco Músico, pai e mestre de Carlos Gomes. SP, 1989. Tese (mestrado) ECA-USP; Pupo, Celso Maria de Mello. Campinas, um município no Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas. São Paulo: Imp.Oficial do Estado, 1983

(13) Ver: Campos Jr, Teodoro de Souza. "A Cultura do Café" In Monografia Histórica do Município de Campinas. Op. cit. p. 233/242; Motta Sobrinho, Alves. A Civilização do Café: 1820-1920. São Paulo: Brasiliense, 1968; Magalhães, Basílio de. O Café na história, no folclore e nas belas artes. 2 ed, São Paulo, 1940; Guimarães, Archimedes Pereira. A Campinas de meus pais: 1870-1892. Belo Horizonte: Tamoios, 1978; Nozol, Nelson Hideki. São Paulo: economia cafeeira e urbanização: estudo da estrutura tributária e das atividades economicas na capital paulista: 1889-1933; Pupo, Sylvio Lara. Café: criador de cidades. São Paulo: Obelisco, 1971;

(14) Bergó, Maria Estela de Abreu. "Estudos Geográficos da Cidade de Campinas" In: Congresso Brasileiro de Geografia, anais do X Congresso, São Paulo, 1952, vol 3, p.641/694

(15) Ver: Queiroz, Polycarpo de. Transformações do Trabalho. Campinas: Tip. do Livro Azul, 1888; Instituto Agronomico do Estado de São Paulo (Brazil) em Campinas. Colleção dos trabalhos agrícolas extrahidos dos relatórios annuaes de 1888-1893 e publicados em nova edição pelo director DrPhil F.W.Dafert. M.A., por ordem do cidadão Dr. Jorge Tibiriçá, digno Secretario dos Negocios da Agricultura do Estado de SPaulo; Martins, Amélia de Rezende. Um Idealista realizador: Barão Geraldo de Rezende/Amélia de Rezende Martins (et al). Rio de Janeiro: Of. Graf. do Almanak Laemmertz, 1939

(16) Salles, Campos. "Campinas em 1872". Almanak para 1873. Campinas, 1873, p.73 (17) Semeghini, Op. Cit., p31

(18) Ver: "Introdução do Trabalho Livre em Campinas (memorando - sôbre o inicio de colonização da Fazenda 'Sete Quedas', no Município de Campinas, em 1852, pelo Visconde de Indaiatuba) In: Monografia Histórica do Município de Campinas, Op. cit., p.243/254

- (19) Cotegipe, Barão de. Fugas de escravos em Campinas: discursos pronunciados no Senado. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1887; Eisenberg, Peter L. "Ficando Livre: as alforrias em Campinas no século XIX" In *Homens Esquecidos : escravos e trabalhadores livres no Brasil nos séculos XVIII e XIX*. 1. ed., Campinas: Editada da Unicamp, 1989, p.255/302
- (20) Lima, Sandra Lúcia Lopes. O Oeste Paulista e a República. Vertica/Ed Rev dos Tribunais, 1986
- (21) Matos, Odilon Nogueira de. Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o Desenvolvimento da Cultura Cafeeira. 4. ed. Campinas: Pontes, 1990
- (22) Ver: Holloway, Thomas H. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934; trad. de Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; Stolke. Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital, 1850-1980*; trad. Denise Bottman e João Roberto Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986; Beiguelman, Paula. *A Formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. SP: Pioneira, 1968; Maciel, Cleber da Silva. *Discriminações Raciais: negros em Campinas (1888-1921)*, 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1987;
- (23) Ver: Silva, José Graziano de. *Progresso Técnico e relações de trabalho na agricultura paulista*. Campinas, 1980. Tese (doutorado) IFCH - Unicamp; Pereira, José Flávio. *Capitalismo e Agricultura: a gênese e a organização do trabalho livre na produção cafeeira paulista no período de 1850 a 1900*. Campinas, 1984. Tese (mestrado) IFCH Unicamp.
- (24) *A criação do mercado de trabalho livre a partir de um excedente de trabalhadores (migrantes e imigrantes) configura as bases da transição do trabalho escravo na sociedade brasileira*. Sobre esta questão ver: Salles, Iraci Galvão. *Trabalho, Progresso e a sociedade civilizada: o partido republicano paulista e a política de mão de obra, 1870-1889*. São Paulo, - Tese (mestrado) FFLCH - USP. Ver também: Gebara, Ademir. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986; Kowarick, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987; Franco, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 3 ed. São Paulo: Kairós, 1983; Lamounier, Maria Lúcia. *Da escravidão ao Trabalho Livre*. Campinas: Papyrus, 1988; Cardoso, Ciro Flamarion (org). *Escravidão e Abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988; Pinheiro, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; Neda, Gizlane. *Criminalidade, Justiça e Constituição do mercado de trabalho no Brasil (1890-1927)*. São Paulo, 1986. Tese (doutorado) FFLCH, USP; Teixeira da Silva, Francisco Carlos. "Terra e Política no Rio de Janeiro na Época da Abolição" In Silva, Jaime et alli (orgs). *Cativeiro e Liberdade*. Rio de Janeiro: UERJ, 1989
- (25) Ver: Rasia, José Miguel. *Ideologia e Progresso na Lavoura de Café: 1870-1900: estudo de propostas de reforma da Agricultura*. Campinas, 1980. Tese (mestrado) IFCH Unicamp. Ver também: Gebara, Ademir. *Campinas 1869/1875: Republicanismo, imprensa e sociedade*. São Paulo, USP, 1975; *O Abolicionismo em Campinas*. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, 5 (59): 327-328, jul/agosto 1974; Silva, Janine Theodoro da. *São Paulo: 1554-1880: Discurso Ideológico e organização espacial*. São Paulo: Moderna, 1984; Telarolli, Rodolpho. *A organização municipal e o poder local no estado de S. Paulo na primeira república*. São Paulo, 1981. Tese (doutorado) FFLCH - USP;
- (26) Ver: Taunay, Affonso E. *História do Café no Brasil* In: *Revista do Instituto do Café*, Rio de Janeiro, V. 1 a 10, 1935/1947

(27) Como componentes desta "edificação" urbana, podemos citar diversos documentos, publicações e teses que atestam a transformação de Campinas. Entre eles, ver: Contracto antigo da Companhia Campineira de Aguas e Esgotos: 12 de Abril de 1883. Campinas, 1883; Volkart, Christiano. *Monographia de Campinas: para uso dos alumnos da instrução preliminar*. 2 ed. Campinas: Typ. a vapor Livro Azul, 1903, 48p; *Gymnasio do Estado em Campinas. Exames de admissão: programmas das diversas disciplinas que constituem o ensino no Gymnasio de Campinas do estado de São Paulo aprovados em sessão da Congregação realizada em 16 de março de 1922*. São Paulo, Oficinas do Diario Official, 1922; Amaral, Leopoldo. *Campinas: recordações*. São Paulo: "Seção de Obras D'O Estado de São Paulo", 1927; *Monographia de Campinas: apontamentos para uso dos alumnos do curso preliminar/ por um professor campineiro*. Campinas, Linotypia da Casa Genout, 1929; Instituto Agronomico do estado de São Paulo (Campinas). Histórico, organização, finalidades. São Paulo: Secretaria de Agricultura, 1951; Mendes, José de Castro. *Retratos da Velha Campinas*. São Paulo: Dep. de Cultura, 1951; Mendes, José de Castro. *Efemérides Campineiras: 1739-1960*. Campinas: Palmeiras, 1963; *Album Histórico do Instituto Campineiro dos cegos Trabalhadores*. Campinas: Instituto Campineiro dos Cegos Trabalhadores, 1958; Brito, Jolumá. *História da Cidade de Campinas*. Campinas: Saraiva, 1956-1969, 26 vol.; Brito, Jolumá. *História do Clube Campineiro de regatas e Natação: na passagem de seu cinquentenário de fundação: 1918-1968*. Campinas: Ind. Saraiva, 1968; Mariano, Júlio. *História da Imprensa em Campinas*. 1972; Moraes, Carmen Sylvia Vidigal. *O Ideário Republicano e a Educação: o Colégio "Culto à Ciência" de Campinas, 1869 a 1892*. São Paulo, 1981. Tese (mestrado) Faculdade de Educação da USP; Carmo, Vitú do. *Chão fecundo: 100 anos de história do Instituto Agronômico de Campinas*. São Paulo: Agroceres, 1987

(28) Sobre os aspectos culturais, ver: Battistoni Filho, Duílio. *A Vida Cultural em Campinas nos anos 20*. Campinas, 1968; Battistoni Filho, Duílio. *Aspectos Culturais da História de Campinas*. Campinas: Mousinho, 1983, 42p; *Campinas - Turf e sports/ diretor José Augusto Palhares, 1923*; Pupo, Benedito Barbosa. *Oito Bananas por um tostão: crônicas campineiras*. Campinas: Palmeiras, 1976; Oliveira, Hermelindo et alii. *A era do rádio em Campinas*. Campinas, s.c., 1987

(29) Os textos: Amêndola, João. "O Comércio de Campinas"; Godói, Silvino. "A Indústria em Campinas"; Mariano, Júlio. "Grandes Estabelecimentos Hospitalares de Campinas, Ligados a Instituições Diversas"; Rodrigues, João Lourenço. "Subsídios Para a História do Ensino em Campinas"; Mariano, Júlio. "O Ensino em Campinas na Atualidade" e Mariano, Julio. "Condução e Transporte" contidos in *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Op. cit., p.389/535, são esclarecedores deste novo percurso de transformações. Ver também: Tirico, José Domingos. "Aspectos Geográficos da Indústria em Campinas" IN *Revista da UCC V:18(IV)*: 109, junho 1960; Luz, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil (1808-1930)*, São Paulo, 1961; Bandeira Jr, Antonio Francisco. *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901*. SP, 1901;

(30) Como textos complementares, podemos considerar: Bonduki, Nabil. "Crise da Habitação e a luta pela moradia no pós guerra" In: *As Lutas Sociais e a Cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.95/132; Kowarick, Lúcio e Bonduki, Nabil. "Espaço Urbano e Espaço Político: do populismo à redemocratização" In: *As Lutas Sociais e a Cidade*. Op. Cit., p.133/16; Moisés, José Alvaro. "Protesto Urbano e Política: o quebra quebra de 1947" In: *Cidade, povo e poder*. RJ, Paz e Terra/CEDEC, 1985, p.50-64

- (31) Ver: Badaró, Ricardo de Souza Campos. O Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas: 1934-1962. São Carlos, 1986. Tese (mestrado) Escola de Engenharia - USP; Taube, Maria José de Mattos. De migrantes a favelados: estudo de um processo migratório. Campinas: Edit. da Unicamp, 1986. Tese (mestrado) IFCH Unicamp, 1986; Mazolini, Lygia Gonçalves Constantino. Habitação Popular em Campinas: o antigo e o novo. Araraquara, 1990. Tese (mestrado), UNESP; Pignataro, Vicia Capri. Mudança estrutural da família tradicional campineira. Campinas, 1970. Tese (doutorado) IFCH, Unicamp
- (32) Neste processo, podemos considerar, então, a emergência de um vasto conjunto de movimentos sociais urbanos. Para tanto, ver: Kowarick, Lúcio e Brant, Vinicius Caldeira. São Paulo 1975: crescimento e pobreza. São Paulo: Loyola, 1976; Kowarick, Lúcio. (org) As Lutas Sociais e a Cidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; Gohn, Maria da Glória Marcondes. A Força da Periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985; Lima, Sérgio de Souza. "Processo de urbanização e política urbana" In Contradições Urbanas e Movimentos Sociais. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1985, p.77-85; Valladares, Lícia do Prado. "Quebra-quebras na construção civil: o caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro, 1977-1981" In Cidade, povo e poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1985, p.92-108; Evens, Tilman; Plantenberg, Clarita Muller e Spessart, Stefanie. "Movimentos de Bairro e Estado: Lutas na esfera da reprodução na América Latina" In Cidade, povo e poder. Op. Cit., p. 110-164; Moisés, José Alvaro. "Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais" In Cidade, povo e poder. Op. Cit., p.14-29; Moisés, José Alvaro e Martinez-Alier, Verena. "A revolta dos suburbanos ou 'patrão, o trem atrasou" In Contradições Urbanas e Movimentos Sociais. Op. Cit., p.13-63; Pinheiro, Paulo Sérgio. "Notas sobre o futuro da violência na cidade democrática" IN Dossiê Cidades, Revista USP, V: 5: 43-46, março/maio 1990
- (33) Semeguini, op.cit p.246

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AGUDO, José. **Gente rica, cenas da vida paulistana**. São Paulo, 1912
- ALBUM Propaganda de Campinas: Estado de São Paulo**. (Orgs) Cleso de Castro Mendes, Alvaro Paes e Marco R. Biondi. Campinas, Estab. Graph "Livro Azul", 1930.
- AMARAL, Leopoldo. **A Cidade de Campinas em 1900**. Campinas:Livro Azul, 1900.
- AMARAL, Leopoldo. **A Cidade de Campinas em 1901**. Campinas: Livro Azul, 1900.

- AMARAL, Plínio do. **Campinas: monografia.** São Paulo, Habitat, 1955.
- ANDRADE, Domingos. (Org) **Album de Campinas: comemorativo do centenário da Independência do Brasil: 1822-1922.** Campinas: Typ. Casa Genout, 1922.
- CAMPINAS.** Campinas: Tipografia Comercial, 1939.
- CAMPINAS de ontem e de hoje.** Campinas, Empresa Lix da Cunha, 1988.
- CAMPINAS.** Prefeitura Municipal, 1984.
- CARNEIRO, Alfredo. **Histórico da epidemia em Campinas: 1889-1890.** Campinas, Tip. cardona, 1891.
- CATÁLOGO de Documentos sobre a História de São Paulo, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino , de Lisboa” IN **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo especial IX, Rio de Janeiro, 1958, p.377.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio. **A terra Campineira: análise do quadro natural.** Campinas, Mousinho, 1972.
- DAUNT, Ricardo Gumbleton. **Os Primeiros Tempos de Campinas.** São Paulo: Tipog. Paulista.
- DAUNT, Ricardo Gumbleton. **Diário da Princesa Isabel : excursão dos Condes D’Eu à Província de São Paulo em 1884.** São Paulo: Anhembi, 1957.
- DUARTE, Rafael. **Campinas de Outrora,** São Paulo: Tip. Andrade e Mello, 1905;
- GOMES, Zuleika Godoi. **Monografia Histórica e estatística do Distrito de Souza.** Campinas, 1973.
- GONÇALVES, Fulvia. **Testemunhos do Passado Campineiro/ F. Gonçalves e Benedito Barbosa Pupo.** Campinas: Unic, 1986.
- Guimarães, Alaôr Malta. **Monografia histórico-estatística do Município de Campinas.** Prefeitura Municipal, 1962
- GUIMARÃES, Alaôr Malta. **Monografia de Campinas.** Campinas: DPaschoal, 1965.

- GUIMARÃES, Alaôr Malta. **Campinas: dados históricos e estatísticos**: contendo um guia completo de ruas. Campinas: Liv. Brasil, 1953.
- GUIMARÃES, Alaôr Malta. **Campinas em 1954**. Campinas: Prefeitura Municipal, 1954.
- KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do sul do Brasil: Rio de Janeiro e Província de São Paulo: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias**. IBeLo Horizonte: tatiãia/ São Paulo: Edusp, 1980.
- LAPA, José Roberto do Amaral. "Pródumos da História Economica de Campinas" IN **Revista da UCC** ano IV, nº13, out/1975, p.112.
- LAPA, José Roberto do Amaral. Primeiras Notas para uma bibliografia da história de Campinas. Marília, **Revista Estudos Históricos**, nºs 5 e 6, 1966.
- LAVOURA cafeeira paulista: velhas fazendas do município de Campinas/** texto de J. E. Teixeira Mendes. Aquarelas de José de Castro Mendes. São Paulo: Depto. Est. Informações, 1947.
- LEITE, Aureliano. **Campinas que vi em 1932**. Gráfica São Paulo, 1932.
- LEMOS, Carlos. **Alvenaria Burguesa; breve histórico da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo economico liderado pelo café**. 2 ed ampl., São Paulo: Nobel, 1989.
- LEMOS, Carlos. **História da Casa Brasileira**. São Paulo:Contexto, Coleção "Repensando a História".
- LOBO, T. de Souza. **São Paulo na Federação**, SP, 1924.
- MARQUES, Manuel Eufrásio de Azevedo, 1825-1878. **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da província de São Paulo: seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876**. São Paulo: Martins, 1950.
- MATOS, Odilon Nogueira de. **Um Pouco da História de Campinas/** Odilon N. Matos e Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci. Campinas, Dep. História/PUCG, 1985.

- MARX, Murillo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos/Ed Univ de São Paulo, 1980.
- MARX, Murillo. **Nosso Chão: do Sagrado ao Profano**. São Paulo:EDUSP, 1989.
- MICOLI, Antonio Carlos, comp. **Campinas: 200**. Campinas: Ativa, 1974.
- PIRES, Mário. **Campinas: Sementeira de Ideais**. Limeira: Letras da Província, 1981.
- PRADO Jr., Caio. **A Cidade de São Paulo. Geografia e História**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, Coleção Tudo é História, nº78, 1989
- QUEIROZ, Vitalina Pompêo de Souza. **Reminiscências de Campinas**. s.d.p., s.l.
- RENAULT, Delso, 1915- **A vida Brasileira no final do século XIX: visão sócio-cultural e política de 1890 a 1901**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.
- REVISTA TRABALHADORES**. Campinas: Fundo de Assistência à Cultura. Prefeitura Municipal de Campinas, 1989.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. Algumas notas sobre a economia de São Paulo no final do século XVIII". Separata da Revista do Arquivo Municipal nºCLXXXVI. Divisão do Arquivo Histórico, Dep. Cultura do Município de São Paulo.
- TAVEIRA, Luciano Salmar. **Contribuição ao Mapeamento geotécnico preliminar da área urbana do município de Campinas/SP**. S.Carlos, 1986. Tese (mestrado) Escola de Engenharia de São Carlos/USP.
- TAUNAY, Afonso de E. **Sob El rei Nosso Senhor. Aspectos da vida setecentista brasileira sobretudo em São Paulo**. SP, 1923
- ZALUAR, Auguste Emílio. **Peregrinação pela Província de São Paulo: 1860-1861**. Pref. de Mário Guimaraes Ferri, BH: Itatiaia, SP:Edusp, 1975.